

**A REPÚBLICA PEQUENO-BURGUESA E TECNOCRÁTICA
DOS *TENENTES*: POR DENTRO DO PROGRAMA POLÍTICO
DO *CLUBE 3 DE OUTUBRO***

GUILLAUME AZEVEDO MARQUES DE SAES*

O **tenentismo** é um fenômeno histórico complexo e de difícil interpretação na medida em que possui diferentes facetas. Como definição de caráter mais geral, podemos dizer que foi um movimento político de jovens militares brasileiros que na década de 1920 pegaram em armas contra a república oligárquica, que estiveram entre as principais forças do movimento revolucionário de 1930 e que se tornaram um dos principais sustentáculos do governo de Getúlio Vargas em seus primeiros anos. Se observarmos mais de perto, no entanto, veremos que longe de consistir num movimento ideologicamente homogêneo ao longo de sua existência (início da década de 1920 a meados da década de 1930), o tenentismo comportou três tendências. A primeira delas é um **tenentismo liberal**, hegemônico durante os levantes da década de 1920 e defensor de uma reforma política de cunho liberal-democrático e moralizador do regime republicano, tendo como principal alvo a extinção do sistema oligárquico e exclusivista inaugurado durante o governo presidencial de Campos Sales (1898-1902). A segunda é um **tenentismo de esquerda** surgido em 1930 com a dissidência de Luís Carlos Prestes e cujo discurso consistia na defesa de uma revolução popular contra o latifúndio e as potências imperialistas; esta tendência se notabilizou pela recusa em participar da Revolução de 1930, por considerá-la uma revolução burguesa e um acerto de contas entre facções oligárquicas, e por uma frustrada intentona contra o governo de Getúlio Vargas em novembro de 1935. E finalmente a terceira consiste num **tenentismo**

* Aluno de Doutorado do Programa de História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Nelson Hideiki Nozoe, e bolsista FAPESP. O tema deste texto é parte de nossa pesquisa de doutorado sobre o projeto econômico dos militares brasileiros no longo período situado entre a rebelião militar contra o Império na década de 1880 e a queda do Estado Novo em 1945.

nacionalista surgido também em 1930 e que teve como principais expoentes o Clube 3 de Outubro e figuras como Juarez Távora e João Alberto; esta tendência se destacaria pela defesa de um Estado forte e centralizado voltado para o desenvolvimento acelerado do país e para uma política de bem-estar social, assim como por sua presença entre as principais forças revolucionárias de 1930 e entre as principais bases de apoio do governo de Getúlio Vargas no período 1930-1934.¹ Estudaremos aqui as posições da tendência **nacionalista**, que por seu papel histórico na construção do Estado brasileiro no período pós-1930 pode ser considerada a tendência mais importante do tenentismo.

A presença do **tenentismo nacionalista** entre as principais forças da coalizão revolucionária que pôs fim à república oligárquica em outubro-novembro de 1930 levaria as principais lideranças do movimento a assumir papel de relevo nos primeiros anos da era Vargas. A heterogeneidade do movimento revolucionário de 1930, no qual estavam representados oligarquias dissidentes (Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba), oposições estaduais, facções liberais de classe média e reformistas radicais de tendência nacionalista, e a conseqüente indefinição inicial do novo regime, levaria os **tenentes**, por sua vez representantes da tendência nacionalista radical, a se constituir num grupo de pressão com o objetivo de colocar o governo Vargas no caminho das reformas necessárias à regeneração e à modernização do país.² O próprio Getúlio Vargas, por sua vez comprometido ideologicamente com uma política de desenvolvimento tutelada pelo Estado, procuraria se apoiar no tenentismo como contrapeso às pressões da ala conservadora da revolução, constituída pelas dissidências oligárquicas e pelos liberais de classe média e defensora apenas uma política de moralização e de reforma liberal-democrática do regime republicano seguida de uma rápida volta à vida constitucional.³ Isto explica a presença de lideranças tenentistas como interventores federais em diferentes estados brasileiros, atuando como agentes da

¹ A divisão do tenentismo em tendências liberal, nacionalista e esquerdista é estabelecida por Décio Saes (SAES, 1984:70-78). Ver também, sobre esta questão, texto de Edgard Carone (CARONE, 1982: 379-394). Boris Fausto, por sua vez, estabelece uma separação entre a ideologia difusa do tenentismo da década de 1920 e a ideologia tenentista do pós-30, voltada para problemas sócio-econômicos (FAUSTO, 1997: 101-102).

² A heterogeneidade da coalizão revolucionária de 1930 é bem retratada por Thomas Skidmore (SKIDMORE, 1969: 27-31).

³ O contexto das tensões e do confronto entre as duas alas da revolução, a liberal-oligárquica e a nacionalista radical, é analisada detalhadamente no clássico **O sentido do tenentismo**, de Virgínio Santa Rosa (SANTA ROSA, 1976).

centralização varguista. O tenentismo assume, portanto, nova função política no período ditatorial revolucionário de 3 de novembro de 1930 a 16 de julho de 1934, ao deixar de ser a manifestação armada das reivindicações liberais das dissidências oligárquicas e dos setores mais tradicionais das camadas médias urbanas para se tornar o principal sustentáculo de uma política de desenvolvimento acelerado sob a tutela do Estado.

Um dos melhores documentos para o estudo e a compreensão do projeto de país do **tenentismo nacionalista** é o programa político do **Clube 3 de Outubro**, principal entidade representando o movimento tenentista no pós-1930. Fundada em fevereiro de 1931, esta associação, da qual fizeram parte as principais lideranças tenentistas e seus aliados civis, foi o principal veículo do movimento para pressionar o governo Vargas no sentido das reformas necessárias para a regeneração e a modernização do país. Ao mesmo tempo ela tomava a defesa do governo diante dos ataques dos grupos oposicionistas representados na aliança entre a ala liberal-oligárquica da revolução – que já temia um aprofundamento do processo revolucionário e passaria a se afastar progressivamente de Vargas – e os grupos dominantes depostos em 1930, aliança que adotava a bandeira a **re-constitucionalização**. O Clube 3 de Outubro, ao contrário, defenderia o **prolongamento da ditadura revolucionária**, já que para ele a re-constitucionalização imediata significava uma volta das oligarquias dominantes do regime deposto ao poder e a impossibilidade de se realizar as reformas necessárias para o país. Estas últimas deveriam ser concretizadas, portanto, antes de qualquer processo constitucional. Tendo como presidente o **tenente civil** Pedro Ernesto Batista, o Clube 3 de Outubro, também conhecido como **clube dos jacobinos**, se reunia na cidade do Rio de Janeiro – com filiais inexpressivas espalhadas pelo país – e era composto em sua maior parte por militares. Embora nunca tenha se transformado num partido político estruturado com o objetivo de disputar eleições, o Clube foi uma das principais forças de apoio ao governo Vargas em seu período provisório.⁴

⁴ Para as informações sobre o Clube 3 de Outubro que apresentaremos neste texto, ver o trabalho de Michael Conniff publicado em coletânea organizada por Eurico de Lima Figueiredo (FIGUEIREDO, 1979: 131-161) e os trabalhos de Maria Célia Freire de Carvalho (CARVALHO, 1975) e Maria Cecília Spina Forjaz (FORJAZ, 1988: 119-138), assim como o verbete **Clube 3 de Outubro**, de autoria de Carlos Eduardo Leal, no **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** disponível em versão digital no portal do FGV/CPDOC

(ver link <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>).

O principal documento que expõe o projeto político, social e econômico do Clube 3 de Outubro é o **Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil**, datado de fevereiro de 1932 e redigido por uma comissão composta por dois militares veteranos dos levantes tenentistas da década de 1920, Stênio Caio de Albuquerque Lima, capitão do Exército, e Augusto do Amaral Peixoto, capitão-tenente da Marinha, pelo **tenente civil** Abelardo Marinho de Andrade e pelo jurista – e posteriormente Ministro do Trabalho nos primeiros anos do Estado Novo – Valdemar Falcão; esta comissão redigiu o programa após haver solicitado e coordenado as sugestões de diversos membros e simpatizantes da entidade.

O texto inicia com comentários sobre a degradação do regime republicano pela elite deposta em 1930:

A República passada foi toda uma mentira. Estudos e indagações determinaram, nitidamente, os principais fatores da falência do regime político inaugurado em 89: a falta de cultura do povo e o divórcio entre a Constituição de 24 de Fevereiro e a realidade brasileira. Apurando bem, a responsabilidade maior deve caber ao pacto de 91. [...] A engrenagem de um aparelho jurídico-político imperfeito, antiquado e exótico, permitiu que um grupo de maus brasileiros, apartado dos sãos princípios republicanos, sem merecimento e sem patriotismo, empolgasse a direção do país. [...] Assim, os princípios sadios, que nortearam as jornadas cívicas de 89 e 91, foram paulatinamente substituídos pela prática sistemática e ostensiva da mentira e da desonestidade. [...] E viu-se, então, a república que a revolução destruiu: um legislativo subserviente; uma justiça complacente com o executivo, se não obediente ao mesmo; desaparecimento da estirpe de estadistas, que se criara na monarquia; a desorientação absoluta em economia e finanças; a advocacia administrativa ostensiva, entrelaçada ao industrialismo político; a ausência de partidos em torno de programas; a descontinuidade administrativa; o encarceramento do pensamento; a procrastinação sem fim das reformas sociais reclamadas pelas classes trabalhadoras e produtoras; o Exército desorganizado, desfalcado e reduzido; a Marinha de Guerra insuficiente, desmantelada e desenganada nos seus sonhos de soerguimento; o mal-estar e a intranqüilidade em todas as classes; cerca de oitenta por cento de analfabetos, etc. (Clube 3 de Outubro, 1935: 188-189)⁵

⁵ Observação: com exceção do título, a ortografia dos trechos desta publicação que transcrevemos aqui foi adaptada para a dos dias atuais.

Um novo rumo, portanto, deveria ser dado ao regime recém-instalado:

É preciso não repetir o erro dos idealistas de 89.

Aproveitemos as conquistas de outros povos, as lições da política mundial, o adiantamento da sociologia, mas sem perdermos a noção da realidade brasileira e sem abjurarmos as tradições nacionais.

Realizemos a democracia, entregando o governo aos que trabalham e produzem.

Asseguremos bom rumo à administração, facultando aos especialistas interferência eficiente na gestão dos negócios públicos.

Evitemos o arbítrio, dando o governo a órgãos coletivos.

Ergamos uma justiça autônoma, una e independente.

Promovamos a educação intensiva da massa popular, generalizando o culto pelo Direito.

E teremos assim operado a verdadeira reconstrução político-social do Brasil. (Club 3 de Outubro, 1935: 190)

Com base nesses princípios era elaborado um longo programa dividido em nove tópicos (**nacionalidade, economia, finanças, administração pública, sociedade brasileira, política, justiça, defesa nacional e relações exteriores**) e cujas principais posições apresentaremos aqui desta forma:

1) **Organização política e administrativa.** O programa defendia uma forma de governo “Republicana Federativa, composta de Estados autônomos, devendo, porém, ser a administração centralizada no tocante às grandes medidas de ordem técnica, que possam afetar os interesses supremos da Nação”, e uma organização político-administrativa, em moldes uniformes para a União, os Estados e os Municípios, baseada num Poder Judiciário unificado e independente, num Poder Legislativo constituído por duas câmaras (uma representativa das forças políticas nacionais e outra representativa das associações profissionais, instituições culturais e forças morais), e num Poder Executivo tripartido (um chefe do Executivo, um vice político e um vice profissional, todos eleitos pelo Legislativo) dotado de um secretariado e orientado, coordenado e fiscalizado por **conselhos técnicos** incumbidos de manter a continuidade da

administração e de assegurar a racionalidade e a eficiência das medidas administrativas. As eleições seriam feitas com base no voto secreto e indireto. (Club 3 de Outubro, 1935: 195-196) Os **conselhos técnicos** deveriam consistir num conselho principal constituído de peritos nos diversos ramos da administração pública e em conselhos anexos aos diferentes secretariados. Os seus membros seriam eleitos pelo Legislativo por um período de sete anos, superior ao mandato de cinco anos do chefe do Executivo, o que deveria garantir continuidade administrativa entre dois mandatos executivos. O conselho técnico, fosse ele o nacional, o estadual ou o municipal, manteria a continuidade administrativa e teria **função orientadora, coordenadora e fiscalizadora sobre todo o governo**. (Club 3 de Outubro, 1935: 197-199, 201-203, 204-208)

2) **Organização social**. O programa apresentava nesta área grande zelo reformista, já que nele encontramos: a instituição de leis estimulando a formação de **associações profissionais e instituições culturais**, e sua representação no Poder Legislativo através da Câmara Representativa Profissional e Cultural (Club 3 de Outubro, 1935: 219-220); uma avançada **legislação operária** compreendendo o salário mínimo, a fixação da jornada de trabalho, o repouso hebdomadário, as férias obrigatórias, o limite de trabalho das mulheres e dos menores, o regime de conciliação e arbitragem, a garantia de condições higiênicas e morais nos locais de trabalho e nas habitações operárias, o seguro contra os acidentes, a velhice, a morte e a falta de trabalho, a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, o direito de greve, a assistência obrigatória do Estado aos sem-trabalho e a difusão da escola operária e do ensino profissional (Club 3 de Outubro, 1935: 220-222); uma **reforma agrária** com o objetivo de reduzir ao mínimo possível todas as formas de latifúndio e de difundir a formação da pequena propriedade rural, reforma que deveria ser feita através da constituição de núcleos coloniais cooperativos em terras devolutas e ilegalmente ocupadas revertidas ao patrimônio coletivo, de um imposto especial para os grandes proprietários e sobre o arrendamento de terras, da organização de patronatos agrícolas para assegurar o trabalho aos desocupados provindos dos meios urbanos ou dos próprios centros rurais, e da criação de um tribunal de terras que estudasse e resolvesse os litígios relativos ao domínio, posse e exploração do solo (Club 3 de Outubro, 1935: 210-211).

3) **Organização econômica.** As posições do programa relativas às questões econômicas mostram grande preocupação com o desenvolvimento nacional. Encontramos inicialmente uma defesa do planejamento econômico a ser concebido por conselhos econômicos, uma condenação das políticas de valorização artificial de produtos assim como do protecionismo alfandegário, e uma menção à **função social** da propriedade (Club 3 de Outubro, 1935: 191-192); dizendo “respeitar o direito patrimonial de propriedade”, o programa afirmava, no entanto, que devia se “evitar que venha isso a favorecer o parasitismo negociante, insaciável e dissimulado, para o que sempre se terá em vista a função social da propriedade”, o Estado podendo transferir para a coletividade as empresas particulares suscetíveis de socialização, desde que indenizando os seus donos segundo o valor da aquisição e dos capitais aí investidos (Club 3 de Outubro, 1935: 210-211). O programa pregava também a nacionalização das riquezas naturais (minas, águas e florestas) para torná-las um bem social, a implantação e o desenvolvimento da indústria siderúrgica, o incentivo às indústrias que empregassem matéria-prima genuinamente nacional e que produzissem gêneros de alimentação e artigos de primeira necessidade – a política protecionista só devendo beneficiar as indústrias verdadeiramente aclimatadas no ambiente nacional, jamais revertendo em proveito do parasitismo de indústrias artificiais e nocivas ao aparelhamento de vida das classes humildes –, e a diversificação da produção agrícola, com o incentivo principalmente às culturas de produtos essenciais à alimentação, ao vestuário e às necessidades principais da vida coletiva, “abandonada tanto quanto possível a miragem da monocultura de produtos exóticos, artificialmente valorizados pela ação dos governos” (Club 3 de Outubro, 1935: 212-213). A política tributária defendida pelo programa apoiava-se essencialmente nos impostos diretos, como o de renda e o territorial, em detrimento dos impostos indiretos, como o de exportação e o de importação; além do mais o programa pedia a extinção das barreiras tributárias intermunicipais e interestaduais, com o objetivo de unificar o mercado interno (Club 3 de Outubro, 1935: 213-214). Outras medidas como a criação de institutos de crédito para financiar as atividades produtivas – os estabelecimentos bancários governamentais deviam ser vistos como órgãos de desenvolvimento das atividades nacionais –, a difusão do ensino profissional, a nacionalização das vias de transporte e comunicação e da navegação de cabotagem, a expansão das ferrovias e rodovias, e a proibição dos trustes

e monopólios, completavam o projeto econômico exposto no programa do Clube 3 de Outubro (Club 3 de Outubro, 1935: 192, 214-215, 216-217 e 223-226).

4) **Organização militar.** Na área militar, o programa reivindicava uma melhor organização e um melhor equipamento para as forças armadas federais, a proibição terminante de quaisquer forças militarizadas que não fossem integrantes das classes armadas federais, e, preocupado com o poder das polícias militares estaduais, vistas como ameaças à unidade nacional, defendia sua federalização e sua incorporação ao exército nacional, o policiamento nos estados e municípios devendo ser feito por guardas cívicas auxiliadas pelas forças federais (Club 3 de Outubro, 1935: 194-195, 237-238 e 245).⁶

Este programa que acabamos de resumir foi aprovado no I Congresso Nacional do Clube 3 de Outubro, realizado no Rio de Janeiro entre 5 e 9 de julho de 1932, congresso no qual foi recusada uma proposta de transformar a entidade em partido político. Muitos dos tópicos que vimos aqui, como a representação profissional no legislativo, a nacionalização dos recursos naturais, a reforma agrária e os conselhos técnicos podem ser encontrados no discurso de Juarez Távora, porta-voz do tenentismo no pós-30 e principal representante da vertente nacionalista do movimento; aliás, a própria nacionalização dos recursos naturais, concretizada com a decretação do códigos de minas, de águas, florestal e de caça e pesca foi a principal obra política de Juarez quando Ministro da Agricultura do Governo Provisório de Getúlio Vargas entre dezembro de 1932 e julho de 1934. No entanto, conforme o governo Vargas foi recuando diante das pressões pela re-constitucionalização do país, mesmo após sua vitória militar sobre o movimento constitucionalista de São Paulo na guerra civil de julho-outubro de 1932, o Clube 3 de Outubro foi perdendo força, e seus principais membros, entre eles Juarez Távora, Augusto do Amaral Peixoto, Pedro Ernesto Batista e João Alberto, optaram por lutar por suas idéias dentro do quadro legal e parlamentar: tendo participado do combate às forças rebeldes paulistas, as principais lideranças tenentistas, mesmo vitoriosas no terreno militar, passaram a acreditar na inevitabilidade

⁶ A forma dispersa e desorganizada como os tópicos estão relacionados no texto original do programa, no qual encontramos a abordagem de uma mesma questão em diferentes partes do texto, explica esta estranha relação de páginas acima. A extrema desorganização do programa nos obrigou, aliás, a sistematizar suas principais posições à nossa maneira, para que elas pudessem ser inteligíveis num texto curto como este que apresentamos.

do retorno à vida constitucional e na necessidade, conseqüentemente, de defender suas reivindicações por outras vias que não a ditatorial revolucionária até então vigente. Com a mudança de postura política das principais lideranças do Clube 3 de Outubro, que deixaram de pregar a continuação da ditadura revolucionária para se adaptar à nova ordem constitucional iminente – e começaram inclusive a abandonar a associação –, uma facção mais radical e autoritária liderada por Gustavo Cordeiro de Farias (irmão do líder tenentista Osvaldo Cordeiro de Farias) se apoderaria da entidade, iniciando uma **nova fase** sem o apoio das antigas lideranças e que se caracterizaria por uma oposição virulenta à re-constitucionalização do país, por uma recusa em participar de partidos políticos, por uma simpatia aberta pelos regimes fascistas europeus e pela defesa de medidas como a nacionalização dos bancos e a eliminação da dívida externa. O Clube fecharia suas portas em abril de 1935, quando, com o ressurgimento do **tenentismo de esquerda** sob a liderança de Luís Carlos Prestes, a entidade, temerosa de seu aproveitamento político por parte da tendência esquerdista do movimento, optou pela auto-dissolução.

Como podemos definir o projeto de país contido no programa político do Clube 3 de Outubro?

Thomas Skidmore é feliz, no nosso entender, em caracterizar os **tenentes** que participaram do movimento revolucionário de 1930 como representantes de uma tendência **nacionalista semi-autoritária** cujos principais objetivos eram a regeneração e a modernização do país (SKIDMORE, 1969, p. 28-29). E de fato, no que diz respeito ao caráter **semi-autoritário** do projeto tenentista tal qual ele aparece no programa do Clube 3 de Outubro, se por um lado este último apresenta resquícios do **tenentismo liberal** da década de 1920, como por exemplo o discurso político moralizador e a defesa do voto secreto e da independência entre os poderes, por outro ele coloca a República nas mãos de uma elite tecnocrática, que por sua formação técnica e especializada estaria mais apta a dirigir os destinos do país e a coordenar o seu desenvolvimento: este seria o papel dos **conselhos técnicos**, que visivelmente estavam destinados a ser o órgão político central do regime concebido pelo programa. Assim, se a ausência de um projeto abertamente ditatorial nos impede de qualificar o programa como assumidamente

autoritário, o fato da nova ordem concebida pelos **tenentes** estar sob o controle de uma elite tecnocrática – que pela formação acentuadamente técnica e científica da oficialidade militar seria com certeza recrutada em grande parte nas Forças Armadas – também nos impede de considerá-lo como genuinamente **liberal-democrático**. A concepção tecnocrática que deveria guiar a nova ordem aparece em trecho extraído do programa que justifica a criação dos conselhos técnicos ao mesmo tempo em que condena a tradição de diletantismo na administração pública brasileira. Neste trecho encontramos a defesa da

instituição de um Governo Republicano, inspirado na consideração de que uma das causas mais importantes dos nossos desacertos administrativos, da nossa desorientação na gestão dos negócios públicos e na realização dos programas de governo, em inteiro divórcio com as conveniências e necessidades fundamentais da coletividade nacional e das coletividades estaduais, - está no preconceito da onisciência que os nossos homens de governo, pelo só fato da sua investidura nos cargos, a si mesmos se atribuem, com relação ao conhecimento dos negócios públicos e ao exame dos interesses coletivos.

Disso resulta que a solução dos múltiplos problemas de administração pública, econômicos, sociais, culturais e jurídicos, extremamente complexos, - é dada habitualmente por simples inspiração, por ciência infusa, por meras leituras de gabinete, sem que se atente na realidade brasileira. No intuito de evitar os malefícios produzidos por tão errônea convicção, infelizmente generalizada nas chamadas elites governamentais, serão criados Conselhos Técnicos, como órgãos permanentes de consulta obrigatória, colaboradores e participantes do Governo Federal e dos Governos Estaduais e Municipais. Tais conselhos serão organizados de molde a atender, simultaneamente, às condições de representação dos interesses das classes e de independência e supremacia em face dos poderes governamentais. (Club 3 de Outubro, 1935, p. 209)

Trata-se aqui, para nós, de uma concepção tecnocrática do poder e da política nacional que refletiria as aspirações da **jovem oficialidade técnica** das Forças Armadas.

Já no que diz respeito à componente modernizadora do programa, ela se manifesta em tópicos como a nacionalização dos recursos naturais, a reforma agrária, a legislação trabalhista, a implantação da siderurgia, a diversificação da produção

agrícola, a expansão das vias de comunicação e o ensino profissional, este último tendo como função a formação de uma mão-de-obra qualificada para a indústria. Estas aspirações desenvolvimentistas e modernizadoras estão acompanhadas, no entanto, de uma componente **anti-burguesa, anti-plutocrática e anti-monopolista**, que encontramos na condenação do protecionismo industrial e dos trustes e monopólios, assim como na defesa do imposto territorial e do imposto de renda, que afetariam por princípio as classes abastadas. Esta componente anti-burguesa levou Maria Cecília Spina Forjaz a considerar o projeto econômico dos **tenentes** como sendo essencialmente **agrarista e anti-industrialista** (FORJAZ, 1988: 204). Ao comentar este projeto, a autora citada afirma o seguinte:

O programa dos tenentes não é industrializante: não rejeitam a necessidade da industrialização, mas dão prioridade, na fase histórica que o Brasil vive, ao desenvolvimento agrícola. Os tenentes defendem a instalação da indústria siderúrgica e a exploração estatal do petróleo. No entanto, tais propostas estão mais ligadas ao problema da segurança nacional, do que propriamente a um projeto industrializante. Pretendem a estatização dos núcleos fundamentais da infra-estrutura econômica, mas não a ampliação da concentração capitalista. Pelo contrário, condenam os trustes, monopólios e organizações no gênero. (FORJAZ, 1988: 33)

Alguns fatores, no entanto, nos impedem de concordar com esta interpretação e de caracterizar o projeto econômico dos **tenentes** como sendo **agrarista e anti-industrialista**. Antes de mais nada, se os **tenentes** eram agraristas, não se trata do agrarismo dos grupos agro-mercantis depositos em 1930: o programa do Clube 3 de Outubro, ao defender a difusão da pequena propriedade e a diversificação da produção agrícola, e ao condenar a valorização artificial de produtos agrícolas, contestava os próprios fundamentos da economia agro-exportadora da República Velha, isto é, o latifúndio, a monocultura e a política de valorização do café. Ou seja, os **tenentes** se colocavam aqui na oposição aberta aos interesses dos grupos agro-mercantis mais poderosos do país, com destaque especial para a cafeicultura paulista. Em segundo lugar, como nota a própria Maria Cecília Spina Forjaz, os tenentes defendiam o desenvolvimento de setores de ponta da indústria naquele momento, como a siderurgia e o petróleo, e acreditamos que mesmo que suas razões estivessem voltadas para questões de defesa e de segurança nacional, a simples presença deste tópico em seu programa já

era em si mesma uma negação do **agrarismo**; este último, por estar associado à tese da “vocação agrícola” do Brasil, só podia rejeitar a criação de uma indústria nacional de grande porte, mesmo que a razão para a criação desta indústria estivesse ligada apenas a questões de defesa nacional. Finalmente, pensamos que postura **anti-burguesa** não significa necessariamente posição contrária à industrialização, sobretudo quando se trata do desenvolvimento de setores de ponta nos quais a burguesia industrial brasileira não possuía, naquele momento histórico, capacidade ou interesse em investir; dedicada essencialmente à produção de bens de consumo leves e ainda politicamente vinculada aos grupos agro-mercantis hegemônicos, a incipiente burguesia industrial brasileira assumira posições conservadoras no contexto de crise da República Velha e do início da era Vargas, como mostra a sua ausência no movimento revolucionário de 1930 e o apoio da indústria paulista ao movimento constitucionalista de 1932 em São Paulo, que representou de fato uma tentativa armada dos grupos agro-mercantis depostos em 1930 de retomar o poder.⁷

Preferimos a formulação apresentada por Virgínio Santa Rosa e Boris Fausto em suas respectivas obras, nas quais o projeto econômico dos **tenentes** tal qual ele aparece no Clube 3 de Outubro é interpretado como um projeto desenvolvimentista de cunho **pequeno-burguês**. Virgínio Santa Rosa, em seu clássico **O sentido do tenentismo**, caracteriza desta forma o projeto tenentista:

O programa de reformas sociais do tenentismo, embora ainda em fase inteiramente primitiva, inclinava-se a uma aliança mais estreita com a pequena-burguesia brasileira. E, nesse sentido, adotava uma orientação de cunho social-democrata. Programa de classe média, igualmente longe dos extremos burgueses e proletários. Um capitalismo moderado, pequeno burguês – o individualismo democrático recheado com organizações sindicais, cooperativas de produção e consumo, leis de salário mínimo, legislação sobre o número de horas de trabalho, regularização do trabalho de mulheres e menores etc. E, ainda mais, como tendências pronunciadas, o combate gradativo ao latifúndio, a nacionalização das minas, quedas d'água e do comércio a varejo. (SANTA ROSA, 1976: 81-82)

⁷ A dependência política e econômica da burguesia industrial brasileira em relação aos grupos agro-mercantis durante a República Velha e no início da era Vargas é analisada por Boris Fausto (FAUSTO, 1997: 29-73)

Para Boris Fausto:

O programa pode ser definido teoricamente como “nacional burguês”, mas nada tem a ver com os limites concretos da burguesia nacional: a esta fração da classe dominante, sobretudo nesse período, são estranhos os alvos de estatização dos núcleos fundamentais da infra-estrutura econômica, assim como as concessões à classe operária. Note-se que aos objetivos de nacionalização não se justapõe a defesa do processo de concentração capitalista: condenam-se expressamente os monopólios, trustes e organizações semelhantes; os horizontes ideológicos do programa são, na área privada, a pequena indústria nas cidades e a pequena propriedade, liberta do latifúndio, no campo. Além disso, a velha crítica às “indústrias artificiais” desponta insistentemente em várias partes do projeto.

Todas essas formulações são, na realidade, uma antecipação ao desenvolvimentismo pequeno-burguês dos anos 50, vinculado aos grupos técnicos das classes médias (onde, de resto, se incluem alguns “tenentes” responsáveis pelo que um autor chamou de primeiro momento do processo de industrialização). (FAUSTO, 1997: 103-104)

Este projeto de desenvolvimento de cunho **jacobino** – entendendo o jacobinismo como um nacionalismo radical de caráter pequeno-burguês –, ao mesmo tempo em que tomava posições industrializantes, assumia postura hostil às classes dominantes em geral, fossem elas agrárias, industriais ou financeiras, e se aproximava das aspirações de grupos sociais mais desfavorecidos, em especial das aspirações centralizadoras, industrializantes e anti-oligárquicas das baixas camadas médias urbanas (SAES, 1984: 74-75). Assim, temos um projeto de desenvolvimento de caráter industrializante, mas que exclui ao mesmo tempo a própria burguesia nacional: esta última era vista como fraca, sem envergadura e opressora das camadas desfavorecidas da população, na medida em que explorava impiedosamente o proletariado e impunha ao consumidor urbano produtos caros amparados pelo protecionismo governamental. Apesar de não estar claro no programa, este tipo de postura levaria naturalmente a uma busca da solução estatal para o desenvolvimento das indústrias de ponta; trata-se, portanto, de um projeto ao mesmo tempo **industrializante** e **anti-burguês**, no sentido de ir contra os interesses imediatos da burguesia nacional – ela mesma desinteressada e sem envergadura para assumir o papel de liderança do processo de transformação econômica do país. As próprias medidas reformistas dos **tenentes** que tinham como objetivo

difundir a pequena propriedade no campo, diversificar a produção agrícola e melhorar as condições de vida das camadas urbanas desfavorecidas, trariam, ao provocar um fortalecimento do mercado interno, as condições necessárias para um posterior desenvolvimento industrial assentado em bases mais sólidas, ou seja, um desenvolvimento sem a precariedade e o desequilíbrio social que caracterizaram a rápida transformação econômica do país nas décadas seguintes. Esta postura anti-burguesa do programa tenentista contrastaria com a posição mais conservadora da cúpula militar do Estado Novo, que procuraria impor, de acordo com Vargas, um projeto desenvolvimentista e industrializante sem colidir com os interesses das classes dominantes e sem provocar abalos significativos na ordem social (CARVALHO, 2005: 99). O projeto do **tenentismo nacionalista** estava, portanto, a meio-caminho entre o projeto industrializante mais conservador da cúpula militar do Estado Novo e a revolução popular preconizada por Prestes e o **tenentismo de esquerda**.

Apesar da presença de muitas propostas defendidas pelos **tenentes** na Constituição de 1934 (nacionalização dos recursos naturais, legislação trabalhista, representação de classes, conselhos técnicos), o projeto tenentista em seu conjunto foi derrotado. Hostilizado pelas classes dominantes que temiam o seu jacobinismo e pela cúpula das Forças Armadas que o via como uma ameaça à hierarquia militar, o **tenentismo** estava condenado a desaparecer com o advento da nova ordem constitucional, e os seus membros foram em sua maioria reabsorvidos dentro dos quadros hierárquicos do Exército e da Marinha. O ressurgimento do **tenentismo de esquerda** sob a liderança de Luís Carlos Prestes, já de retorno de seu estágio na União Soviética, e sua vinculação com o Partido Comunista e a Aliança Nacional Libertadora, contribuiria para os representantes da tendência nacionalista do movimento tenentista cerrarem fileira em torno da alta oficialidade na luta contra o **perigo comunista**. A vitória governamental sobre a intentona de novembro de 1935 foi também uma vitória das Forças Armadas unidas e coesas em nome do **anticomunismo**, e o golpe final no movimento tenentista. O próprio Getúlio Vargas, insatisfeito com a ordem liberal-democrática implantada com a Constituição de 16 de julho de 1934 e ainda querendo

levar adiante o seu projeto autocrático e desenvolvimentista, buscaria agora os seus aliados não mais nos derrotados **tenentes**, mas na alta oficialidade do Exército.

FONTES

1. Fonte primária.

Club 3 de Outubro – Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil – 1932 – fevereiro. In: *Republica dos Estados Unidos do Brasil. Annaes da Assembléa Nacional Constituinte*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935, Volume III, p. 187-245.

2. Bibliografia.

BELLO, José Maria. *História da República*. 7ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

CARONE, Edgard. *A República Nova (1930-1937)*. 3ª ed. São Paulo: DIFEL, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CARVALHO, Maria Célia Freire de. *O Clube 3 de Outubro*. Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em História orientada pelo Professor Arthur Cesar Ferreira Reis. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1975.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em versão digital no portal do FGV/CPDOC, (ver link <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>).

DRUMMOND, José Augusto. *O movimento tenentista: intervenção militar e conflito hierárquico*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. 16ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima (coord.). *Os militares e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

PRESTES, Anita Leocádia. *Tenentismo pós-30: continuidade ou ruptura?* São Paulo: Paz e Terra, 1999.

SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.